



José Carlos Rassier*

Os desafios da educação de qualidade nos municípios

© Michael Flippo / Photoexpress



De forma acertada, governos, especialistas e diferentes setores da sociedade vêm debatendo sobre a qualidade na educação. Numa sociedade baseada em informação e interatividade, em plena era da economia do saber, produtos, serviços e soluções estão baseados em inovação, e os que sabem manejar conceitos e desenvolver e aprimorar habilidades e competências são os que, invariavelmente, farão ou fazem parte deste processo.

Sabemos que a questão do financiamento das políticas públicas educacionais é um dos fatores fundamentais para se lograr êxito a curto e médio prazo. Essas políticas devem estar acompanhadas de sistemas mais eficientes de controle e de gestão adequada dos recursos econômicos e financeiros, o que implica diretamente a qualidade do gasto público.

Não se poderá avançar sem que haja uma revalorização do capital humano e educativo. Nesse sentido, é acertada a iniciativa de fixação de um piso básico para o magistério, que deve estar seguida de uma política de apoio financeiro às unidades da federação que ne-

cessitarem complementar a diferença entre os salários pagos e os valores do piso nacional da categoria. Políticas públicas não devem estimular as assimetrias federativas, e sim combatê-las.

Sabemos que a questão do financiamento das políticas públicas educacionais é um dos fatores fundamentais para se lograr êxito a curto e médio prazo.

O reconhecimento da necessidade de reafirmar o papel social dos educadores na sociedade não elimina (e até serve para reforçar) a imperiosa tarefa de oferecimento permanente e constante de qualificação, por meio de programas de formação e de requalificação dos professores para as atividades extracurriculares e em sala de aula. Para ensinar, temos que saber aprender a aprender de forma continuada.

Outro quesito indispensável diz respeito à gestão educacional e à preparação técnica e gerencial, para que, do ambiente da Secretaria Municipal de Educação até o espaço da sala de aula, possamos ampliar o grau de eficiência horizontal do sistema municipal de educação. Nesse sentido, iniciativas como o Programa Educidades - Cidades da Educação (www.portalegp.adm.br), operacionalizado pela Escola de Gestão Pública e que conta com o apoio da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), apresenta-se como uma das alternativas viáveis, especialmente como apoio à gestão educacional em pequenos e médios municípios do país.

Do ponto de vista das estratégias de intervenção, a focalização das

políticas e o estabelecimento de metas devem estar sempre acompanhados dos indicadores de resultados e da medição da percepção social. A boa escola não pertence a um grupo, mas está inserida na vida comunitária e é retroalimentada cotidianamente, num esforço constante de superação.

Também é necessário eliminar a visão burocrática formal, pois não adianta estarmos fazendo o certo sem que haja reconhecimento e envolvimento da sociedade; é inegável o fato de que as escolas que atendem minimamente às expectativas são aquelas em que a participação social é ativa e não há resignação e complacência com os erros.

Por fim, em termos de gestão de resultados, não se tem conhecimento de experiências exitosas que tenham se distanciado das práticas geradas pelas metodologias de planejamento. Os bons resultados não são apenas fruto do esforço, da superação e da boa vontade de todos, pois todos esses componentes devem ser orientados, o que é premissa importante das ferramentas de planejamento estratégico.

Desse modo, sem a pretensão de esgotar um tema complexo e que permite variadas abordagens, podemos sucintamente afirmar que a boa escola, resultado de um sistema eficaz de educação, é fruto do somatório de alguns fatores indispensáveis, dos quais os países e as localidades não podem e não devem abrir mão, sob pena de se afastarem cada vez mais dos objetivos pretendidos. ■

*Sociólogo e mestre em Gestão Pública

www.portalegp.adm.br

